



A FAMÍLIA COMO EPICENTRO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: INSTÂNCIA DE SOCIALIZAÇÃO E DA “QUESTÃO SOCIAL”

Thiago Aranha

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

thiagooaranhas@yahoo.com

Giuliana Alves Carvalho Boas

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Giulianaalves60@gmail.com

Eixo 2 - Educação e Justiça Social: Identidades, Gênero e Relações Étnico-Raciais
Palavras-chave: Família, Violência, Questão Social, Sociabilidade.

Introdução

Esta família é uma instituição histórica, socialmente construída, que ocupa papel central no processo de socialização e desenvolvimento dos indivíduos. Tradicionalmente concebida como espaço de proteção, cuidado e afeto, ela revela, contudo, contradições estruturais ao se tornar também locus privilegiado da reprodução de desigualdades e da violência. No capitalismo, a família adquire função ideológica e material fundamental para a manutenção da ordem social, servindo como instância de controle e disciplinamento. Dessa forma, a violência intrafamiliar não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou meramente privado, mas como expressão da *questão social*, vinculada às contradições da sociabilidade capitalista.

Como destaca Engels, ao analisar a gênese da família moderna, esta emerge como espaço de reprodução da propriedade privada e da subjugação da mulher. “Na família moderna, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 2019, p. 87).

Assim, ao mesmo tempo em que se apresenta como célula da sociedade, a família torna-se epicentro de tensões estruturais que expressam desigualdades de gênero, classe, etnia e geração, revelando o entrelaçamento entre o privado e o público na conformação da violência intrafamiliar.

A família constitui o primeiro espaço de socialização dos sujeitos. É nela que se consolidam valores, normas e papéis sociais, que conformam a inserção dos indivíduos

na sociedade de classes. No entanto, tal processo não é neutro. Conforme Althusser (1985), a família funciona como um dos *Aparelhos Ideológicos do Estado*, responsável por reproduzir a ideologia dominante e garantir a coesão social em favor do capital.

Nesse sentido, a naturalização da autoridade patriarcal e da divisão sexual do trabalho expressa a função da família como mecanismo de perpetuação de relações desiguais. Como assinala Iamamoto (2008):

A família é, ao mesmo tempo, espaço de proteção e de opressão, de refúgio e de violências, reproduzindo em sua dinâmica interna as contradições da sociabilidade capitalista” (IAMAMOTO, 2008, p. 227).

Assim, a violência intrafamiliar não decorre de uma patologia social individualizada, mas de relações sociais historicamente determinadas que encontram, na família, o ambiente de sua reprodução cotidiana.

A violência intrafamiliar é uma das formas mais complexas e silenciosas de expressão da questão social. Ela envolve múltiplas dimensões – física, psicológica, sexual, patrimonial – e atinge, sobretudo, mulheres, crianças, adolescentes e idosos. No entanto, a leitura crítica exige situá-la nas contradições do capitalismo, em que a opressão de gênero e a exploração da força de trabalho estão intrinsecamente articuladas.

Como argumenta Yazbek (2009):

A questão social é a expressão das desigualdades engendradas pela sociabilidade capitalista, e nela se inserem as múltiplas formas de violência que permeiam o cotidiano das classes subalternas, inclusive no espaço familiar” (YAZBEK, 2009, p. 34).

A violência intrafamiliar não é, portanto, resultado apenas de conflitos interpessoais, mas expressão das contradições materiais e simbólicas que estruturam a vida social. A pressão das condições de exploração, a precariedade da vida cotidiana e a reprodução da ideologia patriarcal conformam um terreno fértil para o recrudescimento dessa violência.

A centralidade da família como epicentro da violência intrafamiliar só pode ser compreendida articulando-a ao patriarcado e à divisão sexual do trabalho. A mulher, historicamente, é responsabilizada pelo cuidado, pela reprodução da força de trabalho e pela manutenção da vida, em condições marcadas por desigualdade e invisibilidade. Essa estrutura cria um ambiente no qual as relações de poder se intensificam, resultando em práticas de dominação e violência.

Saffioti (2015) chama atenção para a dimensão estrutural do patriarcado:

A violência contra a mulher não pode ser vista como ato individual, mas como resultado de um sistema que a inferioriza e a coloca em posição de subordinação, legitimando a dominação masculina” (SAFFIOTI, 2015, p. 45).

Dessa forma, a violência intrafamiliar é expressão da articulação entre capitalismo e patriarcado, em que a família funciona como núcleo privilegiado de manutenção das opressões de gênero e de reprodução social da classe trabalhadora.

Aportes Teóricos

O aporte teórico que sustenta a análise da família como epicentro da violência intrafamiliar encontra suas bases na tradição marxista, particularmente nas contribuições de Marx, Engels e nas elaborações contemporâneas do Serviço Social crítico brasileiro. Essa perspectiva permite compreender a família não como uma unidade natural e imutável, mas como uma forma social historicamente determinada, atravessada por contradições de classe, gênero e poder.

A partir de Marx, entende-se que as relações sociais são determinadas pela forma como os seres humanos produzem e reproduzem suas condições de existência. Assim, as instituições sociais — entre elas a família — são moldadas pelas necessidades da reprodução da força de trabalho e da manutenção da ordem capitalista.

Dessa maneira, a estrutura familiar está intrinsecamente vinculada ao modo de produção e às formas de propriedade. Engels (2019), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, desenvolve essa análise ao demonstrar que a família monogâmica surge como consequência da propriedade privada e da necessidade de garantir a herança. Essa forma familiar institui a supremacia masculina e subordina a mulher à autoridade patriarcal.

Assim, o patriarcado e a família moderna são compreendidos como construções históricas associadas à consolidação do capitalismo e à divisão sexual do trabalho. O papel atribuído à mulher como cuidadora e reprodutora da vida — e não como produtora social — reforça a dominação masculina e a reprodução das desigualdades.

Nesse sentido, a análise marxista dialoga com autoras feministas materialistas, como Saffioti, que destacam a articulação entre capitalismo e patriarcado na produção das violências de gênero.

A família, portanto, é compreendida como aparelho ideológico e material que cumpre dupla função: a reprodução biológica e a reprodução social das relações de dominação.

Dessa forma, o aporte teórico marxista permite compreender que a violência intrafamiliar é uma manifestação concreta das contradições estruturais do capitalismo, articulando opressões de gênero, classe e geração. A família, longe de ser um espaço natural de harmonia, é atravessada pelas lógicas da propriedade, da autoridade e da subordinação, que se reproduzem através da ideologia e da materialidade da vida cotidiana.

Metodologia

Este resumo, tem caráter qualitativo e se estrutura a partir de revisão bibliográfica e análise crítica. O procedimento metodológico consistiu na seleção, leitura e sistematização de produções acadêmicas, buscando identificar pontos de convergência e tensionamento entre as/os autoras/es.

Elegeu-se ainda a pesquisa documental e bibliográfica para subsidiar as análises que as subscrevem, cujo método de análise, privilegia e é subsidiada pelas categorias do materialismo histórico-dialético.

Conclusões

A análise crítica da família como epicentro da violência intrafamiliar evidencia que esta não se configura como fenômeno acidental ou episódico, mas como expressão das contradições imanentes à sociabilidade capitalista. A família, ao mesmo tempo em que cumpre funções de proteção, socialização e reprodução da vida, constitui-se como espaço privilegiado de opressão, disciplinamento e controle. Nesse sentido, a violência intrafamiliar não pode ser reduzida ao plano moral, psicológico ou individual, mas precisa ser situada como dimensão estrutural da *questão social*.

A partir da perspectiva marxista, compreende-se que a questão social é produto direto da exploração da força de trabalho e das desigualdades produzidas pelo capital, manifestando-se nas condições de vida das classes subalternas. A violência intrafamiliar, nesse quadro, expressa-se como um dos múltiplos desdobramentos dessas contradições, evidenciando o entrelaçamento entre exploração econômica e opressões de gênero, raça e geração. Como destaca Iamamoto (2008), as expressões da questão social não são residuais, mas estruturais, pois decorrem das próprias bases da acumulação capitalista.

Ao analisar a violência intrafamiliar como mediação da questão social, torna-se necessário compreender que a família, enquanto aparelho ideológico, cumpre papel na naturalização da subordinação feminina e infantil, na legitimação da divisão sexual do

trabalho e na manutenção da hegemonia patriarcal. Essa dinâmica contribui para a reprodução das relações sociais de dominação, reforçando o ciclo de desigualdades e violências. Nesse sentido, Engels (2019) já evidenciava que a família monogâmica moderna é inseparável da lógica da propriedade privada e da exploração, sendo, portanto, expressão da ordem social de classes.

Assim, a violência intrafamiliar deve ser entendida como um fenômeno estrutural e histórico, e não como um desvio ou patologia individual. Ela resulta de um sistema que combina exploração econômica e opressão social, em que a família atua como instância fundamental de reprodução dessas contradições. Por isso, o enfrentamento dessa violência não se reduz a políticas compensatórias ou a medidas punitivas isoladas, mas exige a articulação de estratégias que questionem os fundamentos da sociedade capitalista, enfrentando simultaneamente as desigualdades de classe, gênero e raça.

É fundamental ressaltar que os impactos da violência intrafamiliar não se limitam ao âmbito privado. Nas crianças, eles se manifestam em prejuízos ao desenvolvimento cognitivo e emocional, refletindo no desempenho escolar e na construção de vínculos sociais. A escola, por sua vez, torna-se um espaço de identificação e possível intervenção, mas também de reprodução de desigualdades quando não há suporte adequado. Portanto, compreender a violência intrafamiliar exige considerar suas repercussões na trajetória educacional das crianças, que carregam em sua experiência escolar as marcas da violência vividas em casa.

Nessa direção, o Serviço Social, comprometido com seu Projeto Ético-Político, deve adotar uma postura crítica que vá além da intervenção imediata nos casos de violência intrafamiliar. É necessário articular a denúncia das expressões da questão social às lutas mais amplas pela transformação das estruturas que sustentam a exploração e a opressão. No campo da intervenção, o Serviço Social atua em equipamentos como CRAS e CREAS, articulando ações de proteção social e acompanhamento das famílias em situação de violência. A prática profissional, sustentada pelo Projeto Ético-Político, exige não apenas respostas imediatas às violações de direitos, mas também a problematização crítica das condições estruturais que as produzem. Como destaca Yazbek (2009), “o papel profissional não é apenas o de assistir, mas também o de problematizar e tensionar as contradições sociais, ampliando as possibilidades de resistência e emancipação” (p. 34). Assim, a atuação do assistente social deve articular o atendimento às demandas imediatas com o fortalecimento da organização coletiva e a defesa de políticas públicas universais e emancipatórias.

Portanto, as considerações finais deste artigo reafirmam que a violência intrafamiliar, enquanto expressão da questão social, só pode ser efetivamente enfrentada a partir de uma perspectiva crítica. Isso implica compreender a família como espaço contraditório, que tanto acolhe quanto oprime, e reconhecer que a superação dessa violência está indissociavelmente vinculada à luta pela superação da sociabilidade capitalista, na qual exploração e opressão encontram sua base material.

Referências

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

YAZBEK, M. C. *O Serviço Social e a questão social*. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: MDS, 2004.